



ATO Nº 67.038, DE 6 DE SETEMBRO DE 2007

Expede autorização à TGM INDUSTRIA E COMERCIO DE ALCOOL E AGUARDENTE LTDA, CNPJ nº 47.233.416/0001-13 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

**SECRETARIA DE SERVIÇOS
DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**

PORTARIA Nº 533, DE 16 DE JULHO DE 2007

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 187 do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, considerando o disposto no art. 101 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.056914/2004, resolve:

Autorizar a RADIO ESTAÇÃO FM LTDA., com sede no Município de Carlos Barbosa, Estado do Rio Grande do Sul, executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, a efetuar alteração no seu Contrato Social, com objetivo de efetuar transferência de cotas, resultando na composição do quadro societário, na forma mencionada nesta portaria. A administração da sociedade passa a ser exercida., isoladamente, pela Sra. Inelve Ferla Chies. Autorizar ainda a mudança de endereço da sede social da empresa, que passará a estabelecer-se à Rua Humberto Accorsi, nº 203, Bairro Aurora em Carlos Barbosa/RS. CEP 95.185-000.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

(Nº 88.123.177.529-3 - 27.08.2007 - 209,44)

PORTARIA Nº 698, DE 5 DE SETEMBRO DE 2007

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.026435/2004, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da RADIO CIDADE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES S/C, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sonora em Onda Média, no município de Luís Eduardo Magalhães, Estado da Bahia, utilizando a frequência 670 kHz, classe B.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

(Nº 7.429-7 - R\$ 119,68 - 06.09.2007)

Ministério das Relações Exteriores

**SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES
EXTERIORES**
**SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES
BRASILEIRAS NO EXTERIOR**
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

**ACORDO DE ISENÇÃO DE VISTOS PARA PORTADORES
DE PASSAPORTES DIPLOMÁTICOS E OFICIAIS ENTRE O
GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA JAMAICA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da Jamaica
(doravante denominados "Partes"),

Desejosos de celebrar um acordo de isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos e oficiais,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO I

Para os propósitos deste Acordo, as Partes concordam que um passaporte de serviço brasileiro, um passaporte oficial brasileiro e um passaporte oficial jamaicano serão tratados como documentos equivalentes.

ARTIGO II

Os nacionais da República Federativa do Brasil e da Jamaica, portadores de passaportes diplomáticos e oficiais válidos e efetivos poderão entrar, transitar e partir do território dos respectivos países sem visto.

ARTIGO III

Os nacionais de cada Parte, portadores de passaportes diplomáticos e oficiais válidos, que entrarem no território da outra Parte conforme o Artigo II, estarão isentos de visto para entrar e sair do

território da outra Parte, onde poderão permanecer por um período não excedente a noventa (90) dias, a contar da data de entrada naquele território.

ARTIGO IV

Os nacionais de cada Parte, portadores de passaportes diplomáticos e oficiais, que sejam membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular na outra Parte, assim como os membros de suas famílias que residam no território da outra Parte e que portem passaportes diplomáticos ou oficiais válidos, poderão entrar, permanecer e sair dos seus respectivos países, durante o período de suas missões.

ARTIGO V

As disposições deste Acordo não isentarão os portadores de passaportes diplomáticos e oficiais da necessidade de obedecer às leis e aos regulamentos em vigor relativos à entrada, permanência e saída dos respectivos países.

ARTIGO VI

Cada Parte deverá informar à outra, por escrito e por via diplomática, acerca de quaisquer mudanças em suas leis e seus regulamentos que versem sobre entrada, permanência, trânsito e saída de estrangeiros.

ARTIGO VII

As Partes reservam o direito de negar a entrada ou de encurtar a estada de nacionais da outra Parte considerados indesejáveis.

ARTIGO VIII

Os nacionais de cada Parte, portadores de passaportes diplomáticos ou oficiais, que pretendam permanecer no território da outra Parte por um período superior a noventa (90) dias, para fins de estudo ou para desempenho de atividade remunerada, deverão obter os vistos apropriados.

ARTIGO IX

Por razões de segurança nacional, ordem pública e saúde pública, cada Parte poderá suspender a aplicação deste Acordo, no todo ou em parte. Tal suspensão ou sua revogação deverá ser imediatamente notificada à outra Parte por via diplomática.

ARTIGO X

As Partes intercambiarão, por via diplomática, espécimes de seus passaportes diplomáticos ou oficiais válidos mencionados neste Acordo em não mais de trinta (30) dias após a assinatura do presente Acordo.

ARTIGO XI

No caso de adoção de novos passaportes diplomáticos ou oficiais ou de modificação nos mencionados documentos de viagem, cada Parte deverá prover à outra, por via diplomática, espécimes dos novos passaportes, pelo menos trinta (30) dias antes de que sejam adotados.

ARTIGO XII

Este Acordo permanecerá em vigor por período indefinido e poderá ser emendado por mútuo acordo entre as Partes, expresso por escrito, pelos canais diplomáticos.

ARTIGO XIII

Qualquer uma das Partes poderá, em qualquer momento, denunciar o presente Acordo, por meio de notificação à outra Parte sobre sua intenção, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito noventa (90) dias após a data da notificação.

ARTIGO XIV

O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após sua assinatura.

Em testemunho do que, os abaixo-assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

Feito em Kingston, em 9 de agosto de 2007, em duplicata em português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
CELSO AMORIM
Ministro das Relações Exteriores

Pelo Governo da Jamaica
G. ANTHONY HYLTON
Ministro do Comércio e dos Negócios Estrangeiros

**AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO GERAL
DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE
A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E A REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE PARA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "FORTELECIMENTO
DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO"**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Moçambique
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Considerando que as relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, firmado em 15 de setembro de 1981,

Considerando o desejo mútuo de promover a cooperação técnica para o desenvolvimento;

Considerando que a cooperação técnica na área de alimentação e nutrição reveste-se de especial interesse para as Partes Contratantes,

Ajustam o seguinte:

ARTIGO I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto "Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é:

- a) fortalecer e atualizar o marco legal orientador das ações de alimentação e nutrição, de forma a promover sua sustentabilidade no país;
- b) fomentar a estruturação das ações de nutrição na saúde;
- c) organizar as ações de promoção da alimentação saudável nas escolas sob a ótica da dupla carga de doenças.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades a serem realizadas, os resultados e o orçamento.

ARTIGO II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

- a) a Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar, e

- b) a Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), do Ministério da Saúde do Brasil, como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República de Moçambique designa:

- a) o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutrição, do Ministério da Agricultura, como instituição responsável pela coordenação, execução, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

ARTIGO III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

- a) designar e enviar técnicos para desenvolver em Moçambique as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;
- b) apoiar a vinda de técnicos moçambicanos ao Brasil para serem capacitados;
- c) disponibilizar a infra-estrutura para a realização dos treinamentos no Brasil;
- d) realizar a capacitação de técnicos moçambicanos durante treinamentos no Brasil; e
- e) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República de Moçambique cabe:

- a) designar técnicos moçambicanos para receber treinamento no Brasil;

- b) apoiar a vinda de técnicos moçambicanos ao Brasil para serem capacitados;
- c) disponibilizar instalações e infra-estrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

- d) prestar apoio aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, pelo fornecimento de todas informações necessárias à execução do Projeto;